

Banco Industrial do Brasil S.A.

**Relatório sobre a revisão das
Demonstrações Financeiras
Intermediárias**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Relatório da Administração	5
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Ao
Acionista e ao Conselho de Administração do
Banco Industrial do Brasil S.A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A ("Banco"), identificados como controlador e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o períodos de três e nove meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 30 de setembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações para o período de três e nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de nove meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SETEMBRO DE 2021

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco ou “BIB”) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo também grandes empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir funding competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 78,4% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 14,20%.

Desempenho

O BIB registrou lucro líquido de R\$ 53,8 milhões nos primeiros nove meses de 2021, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 11,7%. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 633,9 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 4.541,2 milhões, representando aumento de 37,2% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 4.690,2 milhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,6% da carteira ao final do semestre, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de *middle market*, encerrou o semestre com um volume de R\$ 4.003,2 milhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento, totalizando R\$ 538,0 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a

prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 4.760,3 milhões ao final do período, representando crescimento de 32,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 3.540,4 milhões, representando crescimento de 34,2% em relação ao mesmo período de 2020.

Governança Corporativa

Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da instituição, através de seus Agentes Setoriais de Compliance, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O

monitoramento é realizado de forma independente, pela área de Compliance e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de rating. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma

gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes as referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, está disponível no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos

O Banco Industrial do Brasil encerrou o período com 294 colaboradores. Desse total, 2 são através de programa social e 40 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings

Seguem os ratings obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

- **Moody's:** Ba3 (Global) / A+ (Local) / Perspectiva Estável
- **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 (-) / *Disclosure*: Excelente

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador		Consolidado	
Ativo		09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
Disponibilidades	4	25.981	99.193	26.114	99.334
Instrumentos financeiros		5.404.597	4.695.049	5.404.814	4.695.483
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	535.840	418.494	535.840	418.494
Títulos e valores mobiliários	6	184.785	132.805	184.785	132.805
Instrumentos financeiros derivativos	7	386	85	386	85
Operações de créditos	8	3.787.310	3.771.732	3.787.310	3.771.732
Outros instrumentos financeiros	12	896.276	371.933	896.493	372.367
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(39.358)	(39.382)	(39.358)	(39.382)
Ativos fiscais correntes e diferidos	13	60.953	59.937	60.953	59.937
Outros Ativos	14	143.280	159.340	143.305	159.340
Investimentos em participações em Controladas	15	9.968	8.519	2.027	1.251
Imobilizado de uso	16	49.588	60.800	49.588	60.800
(-) Depreciações e amortizações	16	(7.365)	(8.959)	(7.365)	(8.959)
TOTAL DO ATIVO		5.647.644	5.034.497	5.640.078	5.027.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Controlador		Consolidado	
Passivo		09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		4.771.077	4.264.794	4.762.605	4.257.378
Instituições financeiras	17	1.801.362	1.627.642	1.796.624	1.622.879
Outros clientes	17	2.967.443	2.635.007	2.963.709	2.632.354
Instrumentos financeiros derivativos	7	242	283	242	283
Outros passivos instrumentos financeiros passivos	11	2.030	1.862	2.030	1.862
Provisões		100.623	91.944	100.904	92.225
Contingencias	18	100.095	91.257	100.376	91.538
Outras	18	528	687	528	687
Obrigações fiscais diferidas		505	312	505	312
Outros passivos	19	141.516	84.609	142.123	85.033
Patrimônio líquido		633.923	592.838	633.941	592.856
Capital social	20	387.448	386.077	387.448	386.077
Reservas de lucros	20	260.379	219.736	260.379	219.736
Outros resultados abrangentes		(13.904)	(12.975)	(13.904)	(12.975)
Participação de minoritários		-	-	18	18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.647.644	5.034.497	5.640.078	5.027.804

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controlador				Consolidado			
		3º Trimestre 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado 01/01/2021 à 30/09/2021	3º Trimestre 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado 01/01/2020 à 30/09/2020	3º Trimestre 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado 01/01/2021 à 30/09/2021	3º Trimestre 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado 01/01/2020 à 30/09/2020
Receitas da intermediação financeira		220.297	464.084	137.976	485.178	220.297	464.084	137.976	485.178
Operações de crédito	8f	115.938	300.008	88.230	274.254	115.938	300.008	88.230	274.254
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	11.658	27.653	5.841	20.433	11.658	27.653	5.841	20.433
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	16.513	11.335	3.596	37.222	16.513	11.335	3.596	37.222
Resultado de operações de câmbio	11	76.188	125.088	40.309	153.269	76.188	125.088	40.309	153.269
Despesas da intermediação financeira		(148.628)	(246.669)	(66.073)	(302.654)	(148.535)	(246.457)	(66.013)	(302.446)
Operações de captação no mercado	17c	(50.926)	(111.740)	(17.136)	(60.164)	(50.833)	(111.528)	(17.076)	(59.956)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(97.702)	(134.929)	(48.937)	(242.490)	(97.702)	(134.929)	(48.937)	(242.490)
Resultado bruto da intermediação financeira		71.669	217.415	71.903	182.524	71.762	217.627	71.963	182.732
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.055)	(29.954)	(9.044)	(17.093)	(7.055)	(29.954)	(9.044)	(17.093)
Operações de créditos	9	(7.055)	(29.954)	(9.044)	(17.093)	(7.055)	(29.954)	(9.044)	(17.093)
Outras receitas (despesas) operacionais		(34.221)	(96.181)	(37.158)	(91.294)	(34.105)	(96.146)	(37.217)	(91.462)
Receitas de prestação de serviços		3.123	8.249	2.459	7.267	4.487	10.555	2.929	8.669
Receitas de tarifas bancárias		2.340	5.450	1.434	5.053	2.340	5.450	1.434	5.053
Resultado de participações em controladas	15	509	674	21	198	-	-	-	-
Despesas de pessoal	21	(22.321)	(57.125)	(22.094)	(53.128)	(22.769)	(58.119)	(22.446)	(54.042)
Outras despesas administrativas	22	(11.362)	(30.808)	(8.244)	(25.629)	(11.441)	(31.035)	(8.316)	(25.835)
Despesas tributárias	23	(5.340)	(15.785)	(7.864)	(17.385)	(5.552)	(16.165)	(7.948)	(17.637)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(1.170)	(6.836)	(2.870)	(7.670)	(1.170)	(6.832)	(2.870)	(7.670)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		30.393	91.280	25.701	74.137	30.602	91.527	25.702	74.177
Imposto de renda e contribuição social	13	(13.065)	(37.520)	(8.172)	(27.776)	(13.274)	(37.767)	(8.173)	(27.816)
Provisão para imposto de renda		(759)	(19.811)	(6.269)	(17.669)	(911)	(19.988)	(6.269)	(17.693)
Provisão para contribuição social		(2.035)	(17.593)	(5.115)	(13.750)	(2.092)	(17.663)	(5.116)	(13.766)
Ativo fiscal diferido		(10.271)	(116)	3.212	3.643	(10.271)	(116)	3.212	3.643
Lucro líquido do período		17.328	53.760	17.529	46.361	17.328	53.760	17.529	46.361
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		97,82	303,48	101,31	267,96				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controlador/Consolidado			
	3º Trimestre 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado 01/01/2021 à 30/09/2021	3º Trimestre 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado 01/01/2020 à 30/09/2020
Lucro líquido do período	17.328	53.760	17.529	46.361
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	(2.106)	(929)	578	1.472
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(540)	2.357	570	(639)
Impostos sobre valor justo	(2.435)	(3.739)	(256)	(420)
Variação cambial sobre agência Bahamas	869	453	264	2.531
Resultado abrangente do período	<u>15.222</u>	<u>52.831</u>	<u>18.107</u>	<u>47.833</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social				Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Capital a realizar	Redução de Capital	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019											
		372.222	-	-	-	73	26.421	155.585	(13.817)	-	540.484
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos									1.472		1.472
Lucro líquido									-	46.361	46.361
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	20b	-	-	-		-	2.319	-	-	(2.319)	-
Reservas Estatutárias	20b	-	-	-		-	-	34.042	-	(34.042)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-		-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Saldos em 30 de setembro de 2020		372.222	-	-	-	73	28.740	189.627	(12.345)	-	578.317
Mutações no período		-	-	-	-	-	2.319	34.042	1.472	-	37.833
Saldos em 31 de dezembro de 2020											
		372.222	16.300	(2.445)	0	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Retificação de Aumento de capital AGE 16/04:											
Reversão do aumento de capital AGE 30/12			(16.300)	2.445							(13.855)
Aumento de capital AGE 16/04		13.856						(2.930)			10.926
Aumento/Redução de capital AGE 30/09			11.000		(9.630)						1.370
Ajuste JCP									-	-	9.813
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos									-	-	(929)
Lucro líquido									-	53.760	53.760
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	20b	-	-	-		-	2.688	-	-	(2.688)	-
Reservas Estatutárias	20b	-	-	-		-	-	31.072	-	(31.072)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-		-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 30 de setembro de 2021		386.078	11.000	-	(9.630)	73	32.307	227.999	(13.904)	-	633.923
Mutações no período		13.856	(5.300)	2.445	(9.630)	-	2.688	37.955	(929)	-	41.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controlador		Consolidado	
	Acumulado do Período		Acumulado do Período	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido ajustado do período	93.472	75.838	94.146	76.036
Lucro líquido do período	53.760	46.361	53.760	46.361
Depreciações / amortizações	2.489	1.066	2.489	1.066
Resultado de participações em controladas	(674)	(198)	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29.954	17.093	29.954	17.093
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.	(929)	1.472	(929)	1.472
Provisões	8.679	10.036	8.679	10.036
Impostos diferidos	193	8	193	8
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(623.151)	(794.895)	(622.959)	(794.881)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(17.499)	-	(17.499)
Títulos e Valores Mobiliários	(51.980)	(24.930)	(51.980)	(24.930)
Instrumentos financeiros derivativos	(301)	1.810	(301)	1.810
Operação de Crédito	(45.556)	(549.532)	(45.556)	(549.532)
Outros instrumentos financeiros	(524.343)	(200.369)	(524.126)	(200.692)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(1.016)	(4.511)	(1.016)	(4.511)
Outros ativos	45	136	20	473
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	563.190	789.057	562.316	788.840
Depósitos e demais instrumentos financeiros	506.283	787.767	505.227	795.366
Outros passivos	63.403	(11.639)	63.585	(19.455)
Impostos sobre lucro	(6.496)	12.929	(6.496)	12.929
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	33.511	70.000	33.503	69.995
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	22.369	18.767	22.369	18.767
Aquisição de investimentos	(776)	(744)	(776)	(744)
Alienação de bens não de uso	16.015	19.781	16.015	19.781
Aquisição de Imobilizado de uso	7.130	(270)	7.130	(270)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(11.746)	(10.000)	(11.746)	(10.000)
Remuneração de capital próprio	(20.000)	(10.000)	(20.000)	(10.000)
Reversão/Aumento e Diminuição de capital	(1.559)	-	(1.559)	-
Ajuste JCP	9.813	-	9.813	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	44.134	78.767	44.126	78.762
Modificações na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	517.687	365.770	517.828	365.837
No fim do período	561.821	444.537	561.954	444.599
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	44.134	78.767	44.126	78.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/2020 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras Intermediárias, individuais e consolidadas, foi dada pela Administração em 10 de novembro de 2021.

a. Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas abrangem o Banco Industrial do Brasil S.A. e as suas controladas relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		09.2021	12.2020
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (IB DTVM)	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda (IB Créditos).	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas foi realizado a consolidação dos saldos da agência Bahamas.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos períodos anteriores.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras Intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos

- **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

Títulos e valores Mobiliários

- i. Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- ii. Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos e debêntures estão classificadas na categoria “disponíveis para a venda” e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido.

- **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações Financeiras Intermediárias em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor justo e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como “hedge” de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

- **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as cedidas sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada

nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

- **Outros Ativos: Outros valores e bens – Bens não de uso**

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

- **Outros Ativos: Outros valores e bens – Despesas antecipadas**

Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

- **Provisões para redução ao valor recuperável de ativos**

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

- **Investimentos em participações em controladas**

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

O título de sócio efetivo não patrimonial da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa.

- **Imobilizado de uso**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens às taxas de 4%, 10% e 20% para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

g. Passivos

- **Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

- **Outros passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

- **Ativos contingentes** Não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18);e
- **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social. Em 14 de julho de 2021, foi publicado a Lei 14.183/21 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho e dezembro de 2021. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

j. Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pela instituição são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a resolução do Bacen nº4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

k. Resultado recorrente/não recorrente.

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do banco no montante de R\$53.760 mil foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Disponibilidades

	<u>Controlador</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Moeda Nacional	300	198	433	339
Moeda Estrangeira	25.681	98.995	25.681	98.995
Total	<u>25.981</u>	<u>99.193</u>	<u>26.114</u>	<u>99.334</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações no mercado aberto

	<u>Controlador/Consolidado</u>	
	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	371.010	318.491
Letras do Tesouro Nacional	100.000	100.003
Subtotal	<u>471.010</u>	<u>418.494</u>
Posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro	8.992	-
Subtotal	<u>8.992</u>	<u>-</u>

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Controlador/consolidado	
	09.2021	12.2020
De 181 a 360 dias	<u>55.838</u>	=
Subtotal	<u>55.838</u>	=
Total	<u>535.840</u>	<u>418.494</u>
Circulante	<u>535.840</u>	<u>418.494</u>

c. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Controlador e consolidado			
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
Posição bancada	5.812	14.804	2.659	9.745
Posição financiada	292	598	101	513
Rendas de aplicações depósitos interfinanceiros	838	838	-	-
Subtotal*	<u>6.942</u>	<u>16.240</u>	<u>2.760</u>	<u>10.258</u>
Rendas de aplicações em moedas estrangeiras*	<u>584</u>	<u>1.872</u>	<u>785</u>	<u>2.426</u>
Total	<u>7.526</u>	<u>18.112</u>	<u>3.545</u>	<u>12.684</u>

(*) Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota Explicativa nº 6e).

6 Títulos e valores mobiliários

a. Diversificação por tipo

	Controlador/Consolidado	
	09.2021	12.2020
Títulos e valores mobiliários		
Carteira própria	<u>147.491</u>	<u>91.383</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	23.966	17.996
Debêntures	3.678	16.468
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	46.095	-

	Controlador/Consolidado	
	09.2021	12.2020
Cotas de Fundos	1.599	1.557
Ações e Cotas	5.177	-
Títulos e Valores Mob. Exterior(i)	66.976	55.362
Vinculados à operações compromissadas	<u>7.038</u>	<u>11.926</u>
Debêntures	7.038	11.926
Vinculados à prestação de garantia	<u>30.256</u>	<u>29.496</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	30.256	29.496
Total	<u>184.785</u>	<u>132.805</u>
Circulante	70.134	27.455
Não Circulante	114.651	105.350

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos basicamente por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$12.167 (31/12/2020 – R\$12.017) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$54.809 (31/12/2020 – R\$43.345).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 - S.A Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	Controlador/Consolidado	
	09.2021	12.2020
Sem vencimento	6.776	1.557
Até 3 meses	248	2.223
A vencer entre 3 e 12 meses	63.110	23.675
A vencer entre 12 e 36 meses	60.261	68.980
A vencer entre 36 e 60 meses	-	11.845
A vencer entre 60 e 180 meses	41.422	11.196
Acima de 180 meses	12.968	13.329
Total da carteira	<u>184.785</u>	<u>132.805</u>
Circulante	70.134	27.455
Não Circulante	114.651	105.350

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

09.2021	12.2020
Disponíveis para Venda	Disponíveis para Venda
Controlador/Consolidado	Controlador/Consolidado

Letras Financeiras do Tesouro – LFT	54.222	47.492
Cotas de Fundos	1.599	1.557
Debêntures	10.716	28.394
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	46.095	-
Títulos e Valores Mob. Exterior	66.976	55.362
Ações e Cotas	5.177	-
Total da carteira	<u>184.785</u>	<u>132.805</u>

d. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

09.2021			
Controlador/Consolidado			
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	54.317	54.222	(95)
Debêntures (ii)	42.706	10.716	(31.990)
Certificados de Rec. do Agronegócio(ii)	46.095	46.095	-
Cotas de Fundos (i)	1.599	1.599	-
Títulos e Valores Mob. Exterior (i)	65.196	66.976	1.780
Ações e Cotas (iii)	5.177	5.177	-
	<u>215.090</u>	<u>184.785</u>	<u>(30.305)</u>

12.2020			
Controlador/Consolidado			
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	47.606	47.492	(114)
Debêntures (ii)	58.050	28.394	(29.656)
Cotas de Fundos (i)	1.557	1.557	-
Títulos e Valores Mob. Exterior (i)	53.385	55.362	1.977
	<u>160.598</u>	<u>132.805</u>	<u>(27.793)</u>

- (i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Títulos e Valores Mobiliários Exterior e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.

- (ii) O valor de mercado, foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.
- (iii) Está incluído nesse nível, os instrumentos de patrimônio (ações) de outra entidade, o valor das ações permanece inalterado.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

Controlador/Consolidado				
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.942	16.240	2.760	10.258
Rendas de aplicações moeda estrangeira	584	1.872	785	2.426
Títulos de renda fixa	4.103	9.499	2.281	7.732
Aplicações em fundos de investimentos	29	42	15	17
Total	<u>11.658</u>	<u>27.653</u>	<u>5.841</u>	<u>20.433</u>

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP).

Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de “*hedge*”.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de “*hedge*”. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de “*hedge*” necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap:

Controlador e consolidado				
09.2021				
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a receber
CDI x IGP-M (*)	<u>19.168</u>	<u>19.917</u>	<u>(19.773)</u>	<u>144</u>
Total	<u>19.168</u>	<u>19.917</u>	<u>(19.773)</u>	<u>144</u>

Controlador e consolidado				
12.2020				
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	<u>24.204</u>	<u>27.560</u>	<u>(27.758)</u>	<u>(198)</u>
Total	<u>24.204</u>	<u>27.560</u>	<u>(27.758)</u>	<u>(198)</u>

Operações de futuro:

	Controlador e Consolidado		Controlador e Consolidado	
	09.2021		12.2020	
	Valor referencial		Valor referencial	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Taxa de juros - DI	-	1.607.113	-	1.769.771
Moeda	<u>239.282</u>	-	<u>165.175</u>	<u>38.975</u>
	<u>239.282</u>	<u>1.607.113</u>	<u>165.175</u>	<u>1.808.746</u>

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas (“*hedge*”) – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 – S.A Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

Controlador e Consolidado				
09.2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	(72)	(150)	366	144
Mercado futuro*:				
Posição comprada	76.337	162.945	-	239.282
Posição vendida	943.158	657.236	6.719	1.607.113

Controlador e Consolidado				
12.2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	36	(174)	(60)	(198)
Mercado futuro*:				
Posição comprada	77.836	87.339	-	165.175
Posição vendida	1.244.599	564.147	-	1.808.746

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado.

As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” pelo seu valor de mercado.

*Os valores estão apresentados pelo valor referencial.

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

Controlador e Consolidado		
	09.2021	12.2020
Letras do Tesouro Nacional	27.436	26.747
Cartas de Fiança	35.000	25.000
Total	<u>62.436</u>	<u>51.747</u>

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	Controlador/Consolidado	
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021
Operações de Swap	413	271
Contratos futuros	<u>16.100</u>	<u>11.064</u>
Total	<u>16.513</u>	<u>11.335</u>

	Controlador/Consolidado	
	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Operações de Swap	(101)	(149)
Contratos futuros	<u>3.697</u>	<u>37.371</u>
Total	<u>3.596</u>	<u>37.222</u>

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1- Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2- Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- 3- Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				

Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	201.215	(202.709)	(1.494)
Hedge (*) – Banking Pré	Taxa de Juros			
Operações de crédito	Juros	(1.607.113)	2.278.000	670.887
Total		<u>(1.405.898)</u>	<u>2.075.291</u>	<u>669.393</u>

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Hedge Cambial</i> Dívida em Moeda Estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(4)	(91)	(183)
	Dívida (risco aumento US\$)	46	1.135	2.245
	Efeito Líquido	42	1.044	2.062
<i>Hedge Banking PRÉ</i> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	240	5.930	11.707
	Créditos (risco aumento Selic)	(2.535)	(60.195)	(114.452)
	Efeito Líquido	(2.295)	(54.265)	(102.745)
Efeito Líquido TOTAL		(2.253)	(53.221)	(100.683)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira	(1.494)	42	1.044	2.062
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	670.887	(2.295)	(54.265)	(102.745)
Efeito Líquido TOTAL		669.393	(2.253)	(53.221)	(100.683)

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como *hedge accounting* tal por não atenderem os parâmetros definidos no art 5º da Circular Bacen nº 3.082/02.

8 Operações de crédito, adiantamento de contrato de câmbio

a. Diversificação por produto

Controlador e Consolidado	
09.2021	12.2020

Setor privado:		
Contas garantidas	87.210	107.768
Financiamento em moedas estrangeiras	420.216	285.721
BNDES	-	459
Capital de giro	1.686.353	1.623.188
Vendor	7.764	12.437
Direitos Creditórios	9.919	1.310
Crédito Consignado	537.996	471.035
CDC Equipamentos	8.373	3.467
Devedores por compra de valores e bens	44.909	36.080
Compra de Ativos(**)	984.570	1.230.267
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	740.694	239.227
Rendas a receber adiantamentos concedidos(*)	13.195	9.015
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>4.541.199</u>	<u>4.019.974</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(39.358)</u>	<u>(39.382)</u>
Total Geral	<u>4.501.841</u>	<u>3.980.592</u>
Circulante	<u>3.263.541</u>	<u>2.662.605</u>
Não Circulante	<u>1.238.300</u>	<u>1.317.987</u>

(*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 10).

(**) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e/ou outros bens, duplicatas e etc. Nas operações de FINAME as garantias são os bens objetos dos contratos.

b. Diversificação por atividade

	Controlador e Consolidado	
	09.2021	12.2020
Setor privado:		
Indústria	1.089.149	680.856
Comércio	1.585.647	1.546.326
Intermediários financeiros	59	358

Serviços	1.318.006	1.161.393
Pessoas físicas	<u>548.338</u>	<u>631.041</u>
Total da carteira	<u>4.541.199</u>	<u>4.019.974</u>

c. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	09.2021	12.2020
Setor privado:		
Vencidas	90.185	109.638
A vencer em até 3 meses	1.400.991	1.225.387
A vencer entre 3 e 12 meses	1.800.897	1.353.923
A vencer entre 12 e 36 meses	953.195	1.008.699
A vencer entre 36 e 60 meses	181.363	230.823
A vencer acima de 60 meses	<u>114.568</u>	<u>91.504</u>
Total da carteira	<u>4.541.199</u>	<u>4.019.974</u>

d. Cessão de crédito

No acumulado de 2021 foram cedidas operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$16.464 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$11.525, que geraram uma perda no montante de R\$4.939 (No acumulado de 2020 foram cedidas operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.580 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$538, que geraram uma despesa no montante de R\$1.042).

e. Concentração do crédito

	09.2021		12.2020	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	137.743	3,06%	116.987	2,91%
10 maiores devedores	890.514	19,75%	646.707	16,09%
20 maiores devedores	1.315.433	29,18%	952.152	23,69%
50 maiores devedores	2.076.267	46,06%	1.536.534	38,22%
100 maiores devedores	2.681.063	59,47%	2.100.122	52,24%

f. Resultado das operações de crédito

	Controlador e Consolidado			
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Operações de crédito				

Rendas de empréstimos	73.483	201.772	50.646	152.990
Rendas de títulos descontados	26.308	70.547	20.772	64.639
Rendas de financiamentos	-	7	24	113
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	14.089	28.442	11.671	48.850
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.058	8.437	5.117	8.704
Despesa de cessão de crédito	-	(9.197)	-	(1.042)
Total de receitas com operações de crédito	<u>115.938</u>	<u>300.008</u>	<u>88.230</u>	<u>274.254</u>

9 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi a seguinte:

	Controlador / Consolidado	
	09.2021	12.2020
Saldo no início do período	(39.382)	(40.680)
Constituição de provisão	(29.954)	(26.826)
Baixa para prejuízo	<u>29.978</u>	<u>28.124</u>
Saldo no fim do período	<u>(39.358)</u>	<u>(39.382)</u>

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

Controlador e Consolidado					
09.2021					
					Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Total das operações					
Nível de risco	Nível de Provisionamento (%)	Curso Normal	Atraso	Total	Total
AA	0,0	3.175.324	-	3.175.324	-
A	0,5	1.058.694	-	1.058.694	5.293
B	1,0	161.272	10.123	171.395	1.714
C	3,0	36.783	6.659	43.442	1.303
D	10,0	7.424	44.162	51.586	5.158
E	30,0	6.199	6.172	12.371	3.711
F	50,0	740	10.104	10.844	5.422
G	70,0	304	2.315	2.619	1.833
H	100,0	<u>4.274</u>	<u>10.650</u>	<u>14.924</u>	<u>14.924</u>
Total da carteira		<u>4.451.014</u>	<u>90.185</u>	<u>4.541.199</u>	<u>39.358</u>
Controlador e Consolidado					

Nível de risco	Nível de Provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
		Curso			Total
		Normal	Atraso	Total	
AA	0,0	2.452.555	-	2.452.555	-
A	0,5	1.159.648	-	1.159.648	5.798
B	1,0	249.400	3.175	252.575	2.525
C	3,0	32.336	4.821	37.157	1.114
D	10,0	7.207	53.002	60.209	6.020
E	30,0	5.981	39.156	45.137	13.541
F	50,0	419	2.707	3.126	1.563
G	70,0	655	1.829	2.484	1.738
H	100,0	<u>2.135</u>	<u>4.948</u>	<u>7.083</u>	<u>7.083</u>
Total da carteira		<u>3.910.336</u>	<u>109.638</u>	<u>4.019.974</u>	<u>39.382</u>

Foram recuperados créditos no montante de R\$2.058 no terceiro trimestre de 2021, acumulado no ano R\$8.437 (R\$5.117 no terceiro trimestre de 2020, acumulado no ano R\$ 8.704). Foram renegociados créditos no montante de R\$19.000 no terceiro trimestre de 2021 (R\$52.252 no terceiro trimestre de 2020). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

10 Outros instrumentos financeiros - Créditos vinculados

Composição do saldo

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	Controlador e Consolidado	
	09.2021	12.2020
Serviços de Compensação	6.880	-
Compulsório sobre depósito à vista	1.540	1.769
Compulsório micro créditos	2.466	2.341
Circulante (Ne12)	<u>10.886</u>	<u>4.110</u>

11 Outros Instrumentos financeiros - Carteira de câmbio

	Controlador e Consolidado	
	09.2021	12.2020
Ativo – Outros instrumentos financeiros (ne12)		
Câmbio comprado a liquidar	757.607	251.528
Direitos sobre venda de câmbio	482	1.995
Adiantamento em moeda nacional recebido	(202)	(1.995)

	09.2021	12.2020
Rendas a receber	<u>13.195</u>	<u>9.015</u>
	<u>771.082</u>	<u>260.543</u>
Passivo – Outros instrumentos financeiros passivo		
Câmbio vendido a liquidar	480	1.862
Obrigações por compra de câmbio	742.244	239.227
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(682.985)	(178.389)
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	<u>(57.709)</u>	<u>(60.838)</u>
	<u>2.030</u>	<u>1.862</u>

	Controlador e Consolidado 3º Trimestre 2021	Controlador e Consolidado Acumulado 2021	Controlador e Consolidado 3º Trimestre 2020	Controlador e Consolidado Acumulado 2020
Resultado de câmbio				
Rendas de câmbio	81.857	234.868	77.060	204.455
Despesas de câmbio	<u>(5.669)</u>	<u>(109.780)</u>	<u>(36.751)</u>	<u>(51.186)</u>
Total	<u>76.188</u>	<u>125.088</u>	<u>40.309</u>	<u>153.269</u>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$2.887 em 30 de setembro de 2021 (R\$21.027 em 31 de dezembro de 2020), estão registradas em contas de compensação.

12 Outros instrumentos financeiros

	Controlador		Consolidado	
	09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
Carteira de câmbio	771.082	260.543	771.082	260.543
Rendas a receber	226	239	226	239
Negociação e intermediação de valores	598	-	598	-
Devedores por depósito em garantia	85.038	84.473	85.038	84.473
Imposto de renda a compensar	17.924	20.182	18.105	20.324
Opções por Incentivos Fiscais	271	271	271	271
Devedores Diversos – País / exterior	7.645	110	7.658	205
Adiantamentos e antecipações	2.459	1.858	2.474	1.883
Créditos vinculados (Ne10)	10.886	4.110	10.886	4.110
Diversos	147	147	155	319
TOTAL	<u>896.276</u>	<u>371.933</u>	<u>896.493</u>	<u>372.367</u>
Circulante	811.238	287.460	811.455	287.894
Não Circulante	85.038	84.473	85.038	84.473

13 Créditos tributários – controlador/consolidado

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% (25% para o crédito que será realizado no período do segundo semestre de 2021) para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Para fins de consolidado, em 30 de setembro de 2021 não foram constituídos crédito tributário na IB DTVM decorrente de prejuízo fiscal no valor de R\$612 (31/12/2020 – R\$612).

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	09.2021			12.2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.929	8.349	18.278	12.457	9.964	22.421
Marcação a mercado de papéis	7.576	6.061	13.637	6.948	5.558	12.506
Passivo contingente	<u>16.606</u>	<u>12.432</u>	<u>29.038</u>	<u>14.368</u>	<u>10.642</u>	<u>25.010</u>
Total	<u>34.111</u>	<u>26.842</u>	<u>60.953</u>	<u>33.773</u>	<u>26.164</u>	<u>59.937</u>

b. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de setembro de 2021 é a seguinte:

<u>Exercícios</u>	<u>Expectativa de realização por exercício</u>	<u>Valor presente (i)</u>
2021	6.079	5.999
2022	7.447	6.972
2023	1.209	1.074
2024	1.209	1.019
2025	<u>45.009</u>	<u>35.980</u>
	<u>60.953</u>	<u>51.044</u>

(i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 30 de setembro de 2021 (0,44% a.m.).

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	09.2021	12.2020
Saldo no início no período	59.937	47.681
Constituição no período	18.411	20.995
Reversão/realização no período	<u>(17.395)</u>	<u>(8.739)</u>
Saldo no fim no período	<u>60.953</u>	<u>59.937</u>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<u>9,62%</u>	<u>10,11%</u>

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – controlador (acumulado)

	09.2021		09.2020	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	91.280	91.280	74.137	74.137
Remuneração do capital (JCP)	<u>(20.000)</u>	<u>(20.000)</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(10.000)</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	71.280	71.280	64.137	64.137
Adições/exclusões	<u>(175)</u>	<u>(175)</u>	<u>8.374</u>	<u>8.374</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.029)	(2.029)	109	109
Créditos baixados como prejuízo	(40.218)	(40.218)	(13.869)	(13.869)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	30.109	30.109	16.461	16.461
Passivos contingentes, cíveis/trabalhistas e fiscal	8.950	8.950	5.509	5.509
Ajuste valor de mercado	(430)	(430)	(18)	(18)
Lucro exterior	1.356	1.356	-	-
Doações	2.343	2.343	-	-
Processo CPMF	(507)	(507)	-	-
Outras inclusões/exclusões	251	251	182	182
Base de cálculo	71.105	71.105	72.511	72.511
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 15% (CS) – a partir de março/2020 20% (CS)	10.666	<u>15.623</u>	10.877	<u>13.746</u>
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	<u>7.092</u>		<u>7.233</u>	
Incentivos fiscais	449	-	(445)	-
IR/CS Diferidos	107	86	4	<u>4</u>
Efeito ajuste JCP Dez./2020	2.395	1.884	-	-
Imposto de renda/contribuição social	19.811	17.593	17.669	13.750

14 Outros Ativos

a. Bens não de uso próprio

	Controlador e Consolidado	
	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Imóveis	<u>142.171</u>	<u>158.186</u>
Total	<u>142.171</u>	<u>158.186</u>
Circulante	142.171	158.186

b. Despesas antecipadas

	Controlador	
	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Comissão e Prêmios	33	26
Despesas antecipadas (i)	<u>1.076</u>	<u>1.128</u>

	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Total	<u>1.109</u>	<u>1.154</u>
Circulante	1.109	755
Não circulante	-	399

Consolidado

	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Comissão e Prêmios	33	26
Despesas antecipadas (i)	<u>1.101</u>	<u>1.128</u>
Total	<u>1.134</u>	<u>1.154</u>
Circulante	1.134	755
Não circulante	-	399

- (i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

15 Investimentos em controladas e coligadas

		09.2021		
Informações s/ Investimentos	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Capital Social Realizado	4.116	1.483		
Patrimônio Líquido	4.785	3.174		
Lucro/Prejuízo Líquido do trimestre	8	501		
Cotas	683.500	1.482.436		
Participação no Capital - %	99,64	99,99		
Resultado da participação em Controlada	8	501		509
Valor Contábil dos Investimentos	4.768	3.173	2.027(*)	9.968
Operações realizadas em Controladas (**)				
Ativo :				
Disponibilidades	15	152		167
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.731	-		4.731
Títulos e Valores Mobiliários	-	3.707		3.707
Resultado:				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	57	36		93
Rendas de Prestação de Serviço	-	1.364		1.364

12.2020				
Informações s/ Investimentos	D.T.V.M	IB Créditos	Outros	Total
Capital Social Realizado	4.116	1.483		
Patrimônio Líquido	4.805	2.385		
Lucro/Prejuízo Líquido do trimestre	(7)	280		
Cotas	683.500	1.482.436		
Participação no Capital - %	99,64	99,99		
Resultado da participação em Controlada	(7)	280		273
Valor Contábil dos Investimentos	4.769	2.499	1.251(*)	8.519
Operações realizadas em Controladas (**)				
Ativo :				
Disponibilidades	25	152		177
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.745	-		4.745
Títulos e Valores Mobiliários	-	2.634		2.634
Resultado:				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	130	63		193
Rendas de Prestação de Serviço	50	1.873		1.923

(*) Investimento para incentivo fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas e obras de arte

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

16 Imobilizado de uso

Controlador/Consolidado					
Outras imobilizações:	Taxa anual de depreciação (%)	09.2021		12.2020	
		Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Imóveis:					
Terreno	-	13.880		21.559	
Edificações (Ne32)	4	-	-	6.033	(3.922)
Subtotal		13.880	-	27.592	(3.922)
Móveis e equipamentos	10	3.103	(1.588)	2.117	(1.478)
Sistema de comunicação	20	384	(277)	373	(271)
Sistema de processamento de dados	20	4.305	(2.946)	2.936	(2.828)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves/Veículos	20	27.845	(2.483)	27.711	(389)
Subtotal		35.708	(7.365)	33.208	(5.037)

Total	<u>49.588</u>	<u>(7.365)</u>	<u>60.800</u>	<u>(8.959)</u>
--------------	----------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e Outros clientes

a. Diversificação por produto

	Controlador		Consolidado	
	09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
Depósitos à vista	121.083	106.404	121.049	106.367
Depósitos interfinanceiros	505.535	406.434	500.804	401.689
Depósitos a prazo	1.627.469	1.836.917	1.623.762	1.834.283
Operações compromissadas	15.893	12.712	15.893	12.712
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.415.798	1.199.963	1.415.798	1.199.963
Empréstimos no exterior (**)	805.736	338.827	805.736	338.827
Obrigações por repasses no País (***)	-	458	-	458
Obrigações por repasses no exterior (****)	274.602	342.171	274.602	342.171
Outros recursos	<u>2.689</u>	<u>18.763</u>	<u>2.689</u>	<u>18.763</u>
Total	<u>4.768.805</u>	<u>4.262.649</u>	<u>4.760.333</u>	<u>4.255.233</u>
Circulante	2.995.778	2.939.047	2.989.817	2.933.268
Não Circulante	1.773.027	1.323.602	1.770.516	1.321.965

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras – LTEL R\$203.810 (31/12/2020 – R\$520.987) com garantia via recebíveis da instituição financeira e Letras Financeiras R\$631.577 (31/12/2020 – R\$ R\$386.582), Letras de Crédito Imobiliário R\$93.731 (31/12/2020 – R\$81.546), e Letras de Crédito do Agronegócio R\$486.680 (31/12/2020 - R\$210.848).

(**) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até setembro de 2022.

(***) Referem-se a operações de repasses de recursos do BNDES/FINAME. Sem operações para o período.

(****) Em 01 de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (International Finance Corporation) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões nas seguintes condições: 1) empréstimo A no montante de US\$ 46,7 milhões pelo prazo de 5 anos, (IFC + MCPP) que foram amortizados parcialmente em 15 de junho de 2019, 2020 e 2021; 2) empréstimo B de US\$ 34,5 milhões por um prazo de 2 anos feito junto a um sindicato de bancos, que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019. Esses recursos são destinados a empresas com mulheres em sua gestão.

Em 26 de agosto de 2013, recebemos do DEG (Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft mbH) um empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 8 anos. Em 13 de julho de 2017, recebemos do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em 30 de junho de 2020, recebemos mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Os recursos das três linhas com o DEG, são destinados a empresas de médio porte, PMEs.

Todas essas linhas de crédito, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	Controlador		Consolidado	
	09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
Sem vencimento	121.083	106.404	121.049	106.367
A vencer em até 3 meses	1.039.792	957.153	1.039.104	957.009
A vencer entre 3 e 12 meses	1.834.903	1.875.490	1.829.664	1.869.892
A vencer entre 12 e 36 meses	1.677.036	1.143.321	1.674.525	1.141.684
A vencer entre 36 e 60 meses	79.234	149.184	79.234	149.184
A vencer entre 60 e 180 meses	16.757	31.097	16.757	31.097
Total	<u>4.768.805</u>	<u>4.262.649</u>	<u>4.760.333</u>	<u>4.255.233</u>

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	Controlador		Consolidado	
	3° Trimestre 2021	Acumulado 2021	3° Trimestre 2021	Acumulado 2021
Operações de captações no mercado				
Depósitos interfinanceiros	(7.344)	(14.504)	(7.287)	(14.387)
Depósitos a prazo	(23.583)	(54.322)	(23.547)	54.227)
Captações no mercado aberto	(428)	(996)	(428)	(996)
Letras de crédito do agronegócio	(5.178)	(9.498)	(5.178)	(9.498)
Letras de créditos imobiliários	(1.089)	(2.075)	(1.089)	(2.075)
Letras financeiras	(12.297)	(27.413)	(12.297)	(27.413)
Outros	(1.007)	(2.932)	(1.007)	(2.932)
Subtotal	<u>(50.926)</u>	<u>(111.740)</u>	<u>(50.833)</u>	<u>(111.528)</u>
Operações de empréstimos e repasses				
Despesa obrigações banqueiro exterior	(72.415)	(109.639)	(72.415)	(109.639)
Obrigações por repasses no País	-	(3)	-	(3)
Obrigações por repasses no exterior	<u>(25.287)</u>	<u>(25.287)</u>	<u>(25.287)</u>	<u>(25.287)</u>
Subtotal	<u>(97.702)</u>	<u>(134.929)</u>	<u>(97.702)</u>	<u>(134.929)</u>
Total	<u>(148.628)</u>	<u>(246.669)</u>	<u>(148.535)</u>	<u>(246.457)</u>

	Controlador		Consolidado	
	3° Trimestre 2020	Acumulado 2020	3° Trimestre 2020	Acumulado 2020
Operações de captações no mercado				
Depósitos interfinanceiros	(2.280)	(7.745)	(2.256)	(7.637)
Depósitos a prazo	(8.635)	(33.423)	(8.599)	(33.323)
Captações no mercado aberto	(223)	(700)	(223)	(700)
Letras de créditos do agronegócio	(119)	(399)	(119)	(399)
Letras de créditos imobiliários	(331)	(2.132)	(331)	(2.132)
Letras financeiras	(4.981)	(14.255)	(4.981)	(14.255)

Outros	<u>(567)</u>	<u>(1.510)</u>	<u>(567)</u>	<u>(1.510)</u>
Subtotal	<u>(17.136)</u>	<u>(60.164)</u>	<u>(17.076)</u>	<u>(59.956)</u>
Operações de empréstimos e repasses				
Despesa obrigações banqueiro exterior	(34.088)	(130.744)	(34.088)	(130.744)
Obrigações por repasses no País	(43)	(94)	(43)	(94)
Obrigações por repasses no exterior	<u>(14.806)</u>	<u>(111.652)</u>	<u>(14.806)</u>	<u>(111.652)</u>
Subtotal	<u>(48.937)</u>	<u>(242.490)</u>	<u>(48.937)</u>	<u>(242.490)</u>
Total	<u>(66.073)</u>	<u>(302.654)</u>	<u>(66.013)</u>	<u>(302.446)</u>

18 Provisões

O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica “Outros instrumentos financeiros - Devedores por depósitos em garantia”. Os processos de natureza fiscal e trabalhista segue as normas do CPC 25, e os processos cíveis são calculado pela média histórica das perdas e ganhos ocorridos nos últimos 3 anos.

O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existe um montante de R\$6.000 de casos de reclamações trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controlador	
	09.2021	12.2020
Provisão para Contingências	<u>100.095</u>	<u>91.257</u>
Trabalhistas	<u>16.398</u>	<u>11.808</u>

Outras contingências fiscais (*)	69.533	69.645
Cíveis (**)	14.164	9.804

	Consolidado	
	09.2021	12.2020
Provisão para Contingências	<u>100.376</u>	<u>91.538</u>
Trabalhistas	16.679	12.089
Outras contingências fiscais (*)	69.533	69.645
Cíveis (**)	14.164	9.804

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e Cofins; majoração de alíquotas de Contribuição Social, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$149.043 (R\$137.015 em 31 de dezembro de 2020).

	Controlador/Consolidado	
	09.2021	12.2020
Garantias Prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	5.160	3.454
Fornecimento de mercadorias	19.493	21.294
Distribuição de TVM por oferta pública	12.500	-
Processos judiciais	67.567	65.910
Fianças bancárias	<u>44.323</u>	<u>46.357</u>
Total	149.043	137.015

Provisão para garantias prestadas

Vinculados a licitações, leilões	19	-
Fornecimento de mercadorias	4	185
Distribuição de TVM por oferta pública	63	-
Processos judiciais	331	323
Fianças bancárias	<u>111</u>	<u>179</u>
Total	528	687

c. Movimentação das provisões

	Controlador				
	12.2020	09.2021			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para Contingências	<u>91.257</u>	<u>8.950</u>	<u>(1.039)</u>	<u>927</u>	<u>100.095</u>
Trabalhistas	11.808	4.590	-	-	16.398

Outras cont. fiscais	69.645	-	(1.039)	927	69.533
Cíveis	9.804	4.360	-	-	14.164
Provisão p/ garantias prestadas	687	(159)	-	-	528
Total Provisão	<u>91.944</u>	<u>8.791</u>	<u>(1.039)</u>	<u>927</u>	<u>100.623</u>

Controlador					
	12.2019	12.2020			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para Contingências	<u>62.622</u>	<u>18.291</u>	<u>(64)</u>	<u>10.408</u>	<u>91.257</u>
Trabalhistas	6.588	5.220	-	-	11.808
Outras cont. fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão p/ garantias prestadas	724	121	(158)	-	687
Total Provisão	<u>63.346</u>	<u>18.412</u>	<u>(222)</u>	<u>10.408</u>	<u>91.944</u>

Consolidado					
	12.2020	09.2021			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para contingências	<u>91.538</u>	<u>8.950</u>	<u>(1.039)</u>	<u>927</u>	<u>100.376</u>
Trabalhistas	12.089	4.590	-	-	16.679
Outras cont. fiscais	69.645	-	(1.039)	927	69.533
Cíveis	9.804	4.360	-	-	14.164
Provisão p/ garantias prestadas	687	(159)	-	-	528
Total Provisão	<u>92.225</u>	<u>8.791</u>	<u>(1.039)</u>	<u>927</u>	<u>100.904</u>

Consolidado					
	12.2019	12.2020			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para contingências	<u>62.903</u>	<u>18.291</u>	<u>(64)</u>	<u>10.408</u>	<u>91.538</u>
Trabalhistas	6.869	5.220	-	-	12.089
Outras cont. fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão p/ garantias prestadas	724	121	(158)	-	687

<u>Total Provisão</u>	<u>63.627</u>	<u>18.412</u>	<u>(222)</u>	<u>10.408</u>	<u>92.225</u>
------------------------------	----------------------	----------------------	---------------------	----------------------	----------------------

19 Outros passivos

	Controlador		Consolidado	
	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>	<u>09.2021</u>	<u>12.2020</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	730	34	730	34
Sociais e estatutárias	6.000	5.963	6.000	5.963
Fiscais e previdenciárias	<u>39.517</u>	<u>46.454</u>	<u>39.870</u>	<u>46.583</u>
Tributos sobre lucros a pagar	32.933	39.428	33.181	39.483
Impostos e Contribuições a recolher	6.584	7.026	6.689	7.100
Negociação e intermediação de valores	-	366	-	366
Provisão para pagamentos a efetuar	13.269	10.275	13.367	10.332
Credores diversos – país / exterior	81.497	20.393	81.653	20.631
Diversas	503	1.124	503	1.124
Total	<u>141.516</u>	<u>84.609</u>	<u>142.123</u>	<u>85.033</u>
Circulante	<u>141.516</u>	<u>84.609</u>	<u>142.123</u>	<u>85.033</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social de R\$387.448 (31/12/2020 – R\$386.077) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 119.651.813 ordinárias, pelo valor nominal de R\$3,238129 e 60.576.453 preferenciais, pelo valor nominal de R\$6,396017. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Em 30 de setembro de 2021 conforme AGE foi efetuado aumento de Capital no montante de R\$11.000 e uma redução de capital no valor de R\$9.630 (Ne32).

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 30 de setembro de 2021 foi de R\$2.688 (31/12/2020 – R\$3.198). O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2021 atingiu o montante de R\$32.307 (31/12/2020 – R\$29.619).

Retenção de lucros – Reservas estatutária

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, a disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 30 de setembro de 2021 foi de R\$37.955 (31/12/2020 – R\$34.459). O saldo da reserva estatutária em 30 de setembro de 2021, que inclui o ajuste da JCP de R\$9.813 atingiu o montante de R\$227.999 (31/12/2020 – R\$190.044).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

No acumulado de 2021, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$20.000 (R\$26.300 distribuídos no ano de 2020).

21 Despesas de pessoal

09.2021				
	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Honorários - Diretoria e Cons. Adm.	(1.424)	(4.186)	(1.424)	(4.186)
Benefícios (i)	(3.024)	(8.961)	(3.103)	(9.189)
Encargos Sociais	(2.984)	(8.536)	(3.183)	(8.838)
Proventos	(14.794)	(35.194)	(14.964)	(35.658)
Outros	(95)	(248)	(95)	(248)
Total	(22.321)	(57.125)	(22.769)	(58.119)

09.2020				
	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre	Acumulado	3º Trimestre	Acumulado
Honorários - Diretoria e Cons. Adm.	(1.369)	(4.106)	(1.369)	(4.106)
Benefícios (i)	(2.686)	(8.216)	(2.762)	(8.447)
Encargos Sociais	(2.749)	(8.302)	(2.823)	(8.480)
Proventos	(15.228)	(32.332)	(15.430)	(32.837)
Outros	(62)	(172)	(62)	(172)
Total	(22.094)	(53.128)	(22.446)	(54.042)

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, entre outros.

22 Outras despesas administrativas

	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021
Água, Energia e Gás	(163)	(490)	(165)	(496)
Aluguéis	(414)	(1.293)	(428)	(1.334)
Comunicações	(661)	(1.964)	(669)	(1.987)
Manutenção e Conservação de Bens	(932)	(2.222)	(933)	(2.223)
Material	(87)	(285)	(89)	(289)
Processamento de Dados	(2.189)	(6.279)	(2.189)	(6.279)
Promoções e Relações Públicas	(898)	(1.876)	(898)	(1.877)
Publicações	(83)	(335)	(83)	(335)
Seguros	(54)	(134)	(54)	(134)
Serviços do Sistema Financeiro	(248)	(1.203)	(267)	(1.257)
Serviços de Terceiros	(2.631)	(6.283)	(2.637)	(6.300)

Serviços Técnicos Especializados	(1.821)	(3.998)	(1.848)	(4.072)
Transportes	(68)	(208)	(68)	(208)
Viagens	(175)	(315)	(175)	(315)
Outras Despesas Administrativas	(76)	(1.434)	(76)	(1.440)
Amortização e Depreciação	<u>(862)</u>	<u>(2.489)</u>	<u>(862)</u>	<u>(2.489)</u>
Total	<u>(11.362)</u>	<u>(30.808)</u>	<u>(11.441)</u>	<u>(31.035)</u>

	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Água, Energia e Gás	(125)	(409)	(127)	(415)
Aluguéis	(652)	(2.099)	(665)	(2.137)
Comunicações	(680)	(2.061)	(686)	(2.079)
Manutenção e Conservação de Bens	(683)	(1.817)	(683)	(1.821)
Material	(90)	(237)	(91)	(238)
Processamento de Dados	(1.922)	(6.892)	(1.923)	(6.893)
Promoções e Relações Públicas	(240)	(720)	(240)	(722)
Publicações	(43)	(274)	(43)	(277)
Seguros	(76)	(115)	(76)	(115)
Serviços do Sistema Financeiro	(287)	(1.073)	(304)	(1.111)
Serviços de Terceiros	(1.519)	(3.870)	(1.524)	(3.885)
Serviços Técnicos Especializados	(1.112)	(3.720)	(1.138)	(3.792)
Transportes	(179)	(364)	(179)	(365)
Viagens	(45)	(151)	(45)	(152)
Outras Despesas Administrativas	(230)	(761)	(231)	(767)
Amortização e Depreciação	(361)	(1.066)	(361)	(1.066)
Total	<u>(8.244)</u>	<u>(25.629)</u>	<u>(8.316)</u>	<u>(25.835)</u>

23 Despesas Tributárias

	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021
Tributos Federais/Municipais	(570)	(1.522)	(583)	(1.562)
ISS	(207)	(632)	(275)	(748)
Cofins	(3.536)	(10.928)	(3.643)	(11.112)
Pis	(574)	(1.776)	(598)	(1.816)
Outros	<u>(453)</u>	<u>(927)</u>	<u>(453)</u>	<u>(927)</u>
Total	<u>(5.340)</u>	<u>(15.785)</u>	<u>(5.552)</u>	<u>(16.165)</u>

	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Tributos Federais/Municipais	(714)	(1.727)	(727)	(1.767)
ISS	(211)	(734)	(236)	(807)
Cofins	(3.270)	(8.875)	(3.308)	(8.990)
Pis	(531)	(1.442)	(539)	(1.466)
Outros	(3.138)	(4.607)	(3.138)	(4.607)
Total	<u>(7.864)</u>	<u>(17.385)</u>	<u>(7.948)</u>	<u>(17.637)</u>

24 Outras Receitas / Despesas Operacionais

	Controlador		Consolidado	
	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021	3º Trimestre 2021	Acumulado 2021
Outras receitas operacionais	<u>3.370</u>	<u>5.233</u>	<u>3.370</u>	<u>5.237</u>
Variações monetárias	587	1.298	587	1.302
Lucro na alienação de valores e bens	1.744	2.896	1.744	2.896
Outras	1.039	1.039	1.039	1.039
Outras despesas operacionais	<u>(4.540)</u>	<u>(12.069)</u>	<u>(4.540)</u>	<u>(12.069)</u>
Provisões Contingências	(3.172)	(8.950)	(3.172)	(8.950)
Garantias financeiras prestadas	-	(56)	-	(56)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(140)	(500)	(140)	(500)
Doações	(1.010)	(2.345)	(1.010)	(2.345)
Outras	(218)	(218)	(218)	(218)
Total	<u>(1.170)</u>	<u>(6.836)</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(6.832)</u>

	Controlador/Consolidado	
	3º Trimestre 2020	Acumulado 2020
Outras receitas operacionais	<u>457</u>	<u>6.284</u>
Outras	300	1.273
Lucro na alienação de valores e bens	157	5.011
Outras despesas operacionais	<u>(3.327)</u>	<u>(13.954)</u>
Provisões Contingências	(2.350)	(5.509)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(962)	(8.423)
Outras	(15)	(22)
Total	<u>(2.870)</u>	<u>(7.670)</u>

25 Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 14,2% em 30 de setembro 2021 (12,7 % em 31 de dezembro 2020).

	Consolidado	
	09.2021	12.2020
Patrimônio de referência	<u>633.941</u>	<u>592.856</u>
Patrimônio de referência nível I	<u>633.941</u>	<u>592.856</u>
Títulos Patrimoniais	10	10
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	<u>633.931</u>	<u>592.846</u>
Patrimônio de referência (a)	<u>633.941</u>	<u>592.856</u>
Alocação de capital por risco		
RWAcad – crédito	312.762	337.809
RWAcam – câmbio	3.256	655
RWAjur – mercado	6.367	7.199
RWAopad - operacional	34.671	28.236
Patrimônio de referência exigido (b)	<u>357.056</u>	<u>373.899</u>
Margem (a- b)	<u>276.875</u>	<u>218.957</u>
Rban - Juros carteira não negociável	(57.783)	(58.127)
Margem (a- b)	<u>219.092</u>	<u>160.830</u>
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	<u>4.463.200</u>	<u>4.673.731</u>
Índice de Basileia (a/c)	<u>14,2%</u>	<u>12,7%</u>

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do Bacen, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP- Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia do COVID-19:

1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;

1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;

2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e,

2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

26 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco e de suas controladas. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles se poderia obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado.

Isso não se aplica aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Banco e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

09.2021			
	Valor contábil	Valor justo	Ganho/ (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.541.199	5.005.756	464.557
Passivos			
Depósitos e captações	3.665.155	3.695.872	(30.717)
Recursos de repasses	274.602	287.559	(12.957)
Total			<u>420.883</u>

12.2020			
	Valor contábil	Valor justo	Ganho/ (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.019.974	4.595.647	575.673
Passivos			
Depósitos e captações	3.544.971	3.571.086	(26.115)
Recursos de repasses	342.629	363.005	(20.376)
Total			<u>529.182</u>

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e investimentos: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco e por suas controladas em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

Depósitos e recursos de repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias

O Banco e suas controladas na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou repenhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

27 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº14 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

Além desses valores, os depósitos a prazo, letras de crédito imobiliário, letra de crédito do agronegócio e debêntures com partes relacionadas totalizam R\$68.386 em 30 de setembro de 2021 (R\$79.209 em 31 de dezembro de 2020), cujas taxas estão entre 100% a 125% do DI, com prazos de vencimento até outubro de 2025, operações de crédito no montante de, R\$4.501 da Camacorp Visão Gráfica LTDA, R\$2.601 da Savana SPE Incorporação LTDA, R\$140 da Finove Solução Digital C. Banc. Cons. Cred. LTDA e R\$132 da Inst. De Ensino Sup. Indaiatuba LTDA, temos limites aprovados no valor de R\$7.000 da River Part. E Incorporação LTDA e R\$100 da Savana SPE Incorporação LTDA (R\$5.516 da Camacorp Visão Gráfica LTDA em 31 de dezembro de 2020), as operações de crédito estão de acordo com a Resolução CMN nº 4.693 do Bacen com partes relacionadas.

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros. (art. 6º do Estatuto Social do Banco). No terceiro trimestre de 2021, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$1.424 (R\$1.369 no terceiro trimestre de 2020).

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil “Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração”. A remuneração da Administração foi fixada em R\$10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015.

28 Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Chubb Seguros Brasil S.A, com vigência de 17 de junho de 2021 a 17 de junho de 2022, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

Local de risco	Valor em risco
Matriz	150.000
Ag Campinas	600
Ag Curitiba	600
Ag RJ	500
Ag Goiânia	500
Ag Belo Horizonte	500
Ag Salvador	300
Ag Rio Branco	150
Ag Manaus – Em fase de registro	150
Ag Macapá	100

A apólice inclui ainda sub-limites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro	Sublimites
---------------------	------------

Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	100.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas decorrentes da cobertura básica)	18.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo /tornado	3.000
Responsabilidade civil operações	2.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamentos/inundação	500
Roubo e furto de bens	500
Danos elétricos	500
Responsabilidades contingentes	200
Responsabilidade garagista/incêndio/roubo	300
Perda e/ou pagamento de aluguel	500
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	200
Quebra de vidros	200
Roubo no interior do estabelecimento	100
Vazamento acidental de tanque, ruptura encanamento ou tubulações do imóvel	200
Roubo fora do estabelecimento	100
Fidelidade de empregados	1.000

29 Outras informações

a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.

b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controlador		Consolidado	
	09.2021	12.2020	09.2021	12.2020
No início do período	<u>517.687</u>	<u>365.770</u>	<u>517.828</u>	<u>365.837</u>
Caixa e equivalentes de caixa	517.687	365.770	517.828	365.837
No final do período	<u>561.821</u>	<u>517.687</u>	<u>561.954</u>	<u>517.828</u>
Caixa e equivalentes de caixa	561.821	517.687	561.954	517.828

31 COVID-19

Os reflexos causados pelo Covid-19 durante a Pandemia nas operações do Banco, foram notados principalmente com relação ao aumento de 37,2% na carteira de operações de crédito, se comparada com o

mesmo trimestre do exercício anterior. Este aumento está diretamente relacionado ao Programa Emergencial de Acesso ao Crédito do BNDES, lançado durante a Pandemia, que encerrou-se em dezembro de 2020.

Adicionalmente, mesmo com a flexibilização das medidas de prevenção contra o COVID-19 adotadas atualmente no País, em virtude da redução dos casos, o Banco ainda mantém determinadas ações no sentido de prevenção da contaminação de seus colaboradores, sendo elas:

- As dependências do BIB são higienizadas com frequência;
- As marcações do ponto eletrônico dos funcionários são efetuadas através do crachá por aproximação, sem a necessidade de ter contato com o equipamento, para não haver risco de contágio;
- Todos os colaboradores utilizam máscaras de proteção nas dependências do BIB;
- Está disponível em todos os andares álcool em gel e espuma para todo o público interno (colaboradores, visitantes, prestadores de serviço etc.);
- Orientações para o uso de elevadores com no máximo duas pessoas;
- Desenvolvimento de campanha educativa (e-mails, cartazes, comunicados diversos);
- Marcação indicativa de distância mínima entre pessoas no piso do hall de entrada, na recepção;
- Política de janelas e portas internas abertas para assegurar suficiente ventilação nos ambientes;
- Higienização frequente de equipamentos, mesas, cadeiras, interruptores, etc.;
- Distanciamento entre pessoas;
- Priorização de reuniões de trabalho com colaboradores e clientes utilizando os canais eletrônicos disponíveis;
- Liberação de home office para casos suspeitos, ao primeiro sinal de algum sintoma, até que o funcionário obtenha orientação médica e resultado do teste de COVID 19;
- Liberação de home office para casos de colaboradores que tiveram contato com pessoas “positivas”, até que seja possível a realização do teste de COVID 19, e liberação para trabalho presencial após resultado negativo;
- Acompanhamento periódico dos casos confirmados, em quarentena, até a liberação médica para retorno ao trabalho ou término da quarentena.

Adicionalmente, além das medidas citadas acima, o Banco Industrial do Brasil realizou testes mensais para a detecção de anticorpos para Covid-19 (IGM e IGG) nos colaboradores até 9 de setembro de 2021. Para a realização dos testes foi efetuado um processo de triagem através da abordagem do questionário da Organização Mundial da Saúde (OMS), para identificação de sinais/sintomas e contato recente com o vírus. Em casos de resultados positivos, os Colaboradores são imediatamente afastados para a realização da confirmação viral através de RT PCR (vias respiratórias), bem como são adotados protocolos institucionais baseado nos riscos de cada área/atividade.

32 Reestruturação societária

A AGE de 30/09/2021 deliberou sobre a cisão parcial do Banco Industrial do Brasil tendo por base imóvel sede do Banco, avaliado em 31/08/2021 e protocolado junto ao Banco Central do Brasil, que está pendente de aprovação.

A pretendida cisão parcial visa buscar uma maior eficiência na gestão dos ativos do banco e distribuí-los entre as partes *vis-à-vis* os interesses de seus acionistas. Diante da justificativa acima, a administração do banco entende que a cisão parcial, na forma aqui disciplinada, representa a melhor alternativa para que o banco e a CCM33 possam melhor desempenhar o seu fim social. O critério a ser utilizado para avaliação do patrimônio líquido do banco a ser parcialmente cindido foi avaliado pelos ativos em conformidade com o disposto no artigo 183 da Lei n.º 6.404/76 com as alterações e redações da Lei n.º 11.638/2007 e Lei n.º 11.941/2009, tendo por base balanço patrimonial levantado na Data Base, exclusivamente para fins da cisão parcial. A parcela cindida comporá o capital da sociedade CCM33 Participação e Incorporação Ltda constituída exclusivamente para este fim.

O acervo avaliado para a cisão é composto da seguinte forma:

Ativos	Valores
Terrenos	7.679
Edificações	6.033
Depreciação de imóveis	(4.082)
Total	9.630